

democracias

ESTUDOS DOS SÉCULO

XX

número 17 • 2017

RECENSÕES CRÍTICAS
E NOTAS DE LEITURA

ALLIÈS, Paul – *Le rêve d'autre chose. Changer la République ou changer de République*. Paris: D. Quixote, 2017. 397 p. ISBN 978-989-708-850-6.

Professor Emérito de Ciência Política na Universidade de Montpellier, Paul Alliès é fundador e codiretor da prestigiada revista *Pôle Sud*, que aborda a “ciência política da Europa Meridional”. As obras deste investigador têm versado o Direito Político, o regionalismo (em especial, do Languedoque) e, com cada vez maior acuidade, os fundamentos da V República Francesa e das possibilidades de a reformar, sob o pano de fundo das vicissitudes da União Europeia, dos populismos e das dinâmicas internas do processo democrático francês. De resto, contrariando o mito de Cassandra, que muito tem sido chamado à colação nos últimos tempos, no intuito de descrever o cientista social como “a boca que por ordem do deus [Apolo ou dos novos deuses?] nunca os troianos deram crédito¹”, Paul Alliès tem desenvolvido as suas investigações, a par de uma significativa intervenção no espaço público e político. Nos últimos quinze anos, três ensaios, sobretudo, atestam esse envolvimento no debate: 1) *Pourquoi et comment une VIe République*²; 2) *Une Constitution contre la démocratie? Portrait d'une Europe dépolitisée*³, 3) *Le Grand Renoncement: la gauche et les institutions*

*de la Ve République*⁴. Nesse sentido, o livro aqui analisado, integrando 114 dos 182 *billets* ou *posts* (que podemos traduzir como entradas) publicados no blogue “Une autre République est possible”, entre o início de março de 2008 e os finais de agosto de 2016, a que se junta a presidência da “Convention pour la VI^e République”, procuram responder à questão de fundo que subintitula *Le Rêve d'autre chose*: o regime francês é passível de ser reformado ou deve ser alterado?

O prefácio, assinado pelo jornalista Edwy Plenel, dá o tom à obra, começando precisamente por citar Alexis de Tocqueville, numa passagem menos conhecida do influente livro *De la Démocratie en Amérique*, onde o pensador francês oitocentista parece antecipar uma crítica atual ao funcionamento dos regimes democráticos: parecerem esgotar-se nas eleições. Assim, nesta espécie de “douce tyrannie”, ainda segundo Tocqueville, “les citoyens sortent un moment de la dépendance pour indiquer leur maître, et y rentrent”, o que transposto para o caso francês assentaria na convicção de que, de escrutínio em escrutínio, entre “trahisons e corruptions”, com alguns membros da elite política a braços com o sistema judicial, uma certa “fatigue démocratique” se foi apoderando dos cidadãos (p. 9-10). Neste sentido, as elevadas taxas de abstenção e o surgimento de partidos/movimentos comumente designados de populistas não são um exclusivo de França, podendo o autor do prefácio afirmar que a originalidade de Paul Alliès consiste em “associer la compétence académique à l'engagement citoyen pour nous faire comprendre que la démocratie ne se proclame pas, qu'elle

¹ VERGÍLIO, Públio - *Eneida*. 4.^a ed. Lisboa: Bertrand Editora, 2013. p. 48 (Trad. de Luís M. G. Cerqueira, Cristina Abranches Guerreiro e Ana Alexandra Tibúrcio L. Alves). ISBN 978-972-252-366-0.

² ALLIÈS, Paul - *Pourquoi et comment une VIe République*. Climats, 2002. ISBN-10:2-84158-212-4.

³ IDEM - *Une Constitution contre la démocratie? Portrait d'une Europe dépolitisée*. Climats, 2005. ISBN 2-84158-276-0.

⁴ IDEM - *Le Grand Renoncement: la gauche et les institutions de la Ve République*. Paris: Textuel, 2006. ISBN-10 2-84597-218-0.

se vit”, ou seja, que o compromisso intelectual e cívico em torno das grandes questões constitui um esteio inestimável à reflexão (p. 11). O prefácio resulta rico em evocações dos grandes autores do século XIX, veja-se Marx – “toute révolution a sa question de banquet”, a propósito da transição da II República para o II Império, que Pleyel crisma de “laboratoire moderne du bonapartisme absolutiste et oligarchique”, sem perder de vista a crítica ao presidencialismo da V República (p. 13). Até por que, em nova citação, e de acordo com os revolucionários de 1793: “un peuple a toujours le droit de changer la Constitution. Une génération ne peut assujettir à ses lois les générations futures” (p. 14).

A estrutura do livro compreende três capítulos e um anexo, onde, quase à maneira de um manifesto, são apresentadas 30 proposições a favor da VI República. No entanto, a longa introdução deve ser considerada um capítulo de direito próprio, uma vez que Allières analisa demoradamente o atual regime político, estabelecendo laços entre bonapartismo e gaullismo, tanto mais que continuaria a existir na sociedade, ao longo das gerações, um “désir de grand homme”, essa “personnalité d’exception” capaz de guiar carismaticamente a França (p. 22-23). A crítica ao presidencialismo prossegue, recordando que, dos catorze textos constitucionais que vigoraram desde 1789, apenas cinco configuram regimes democráticos parlamentares, equivalendo a somente 87 anos de vigência. Ademais, dando o exemplo da exportação deste modelo para as antigas colônias de Paris e não escamoteando que a sua prevalência na América Latina constitua uma espécie de transição democrática das ditaduras brasileira e argentina – sem esquecer a adoção na Europa de Leste pós-comunista –, Allières compara, talvez, a V República

a regimes menos consolidados e com problemas estruturais mais graves (p. 27-28). Mais translúcida se revela a asserção de que “nous sommes déjà passé à une autre société [...] une troisième révolution industrielle [...] les modes de production de la valeur ont changé” (p. 28-29), pelo que a cidadania deve ser mais vivida, através também de uma democracia assaz participativa do que simplesmente representativa. Além disso, o paradigma das comunas italianas renascentistas é convocado, não tanto para engendrar novos (contra-)poderes, mas pugnando pela mobilização cívica que vigie o ato político (p. 43).

Intitulado “Des institutions de la V^e République à la nécessité de les reformer”, o primeiro capítulo passa em revista o nascimento e consolidação desse regime, traçando novo paralelo histórico, desta feita entre o 18 do Brumário de 1799 e o Golpe de 13 de Maio de 1958. Um dos textos mais assertivos, publicado no blogue, no início de 2012, apoda as eleições presidenciais de anacrônicas, assim como os poderes do residente do Eliseu, chamando à liça o exemplo português, em que o primeiro-ministro dispõe do essencial da responsabilidade política, respondendo perante o parlamento (p. 64). De igual modo, além da mecânica formal dos poderes, Allières aponta exemplos concretos do que considera a sobreposição entre governo e presidente, nomeadamente na questão da Síria (p. 75-84). E termina, dando voz ao *Le Monde*, para, em jeito de contraprova, exhibir as falácias que supostamente defendem os opositores da putativa VI República, quando afirmam que o retorno a um regime semipresidencialista apenas geraria um sentimento de inoperância desta e conseqüente novo desejo de uma VII República presidencialista, num processo de tese/antítese de que enfermaria

a política francesa (p. 123-124)⁵.

O segundo capítulo, de seu nome “De la “gauche de gouvernement” à sa présidentialisation dans V^e République”, enfatiza a visão/governança dos socialistas, sobretudo de Lionel Jospin, François Hollande e Manuel Valls. Daí que problematize as discussões havidas no seu seio com o intuito “de revaloriser le Parlement”, não obstante a falta de respostas claras (p. 184-187). Este segundo capítulo, muito marcado pela cronologia da redação do blogue, pretende sublinhar que o debate se torna mais candente nas épocas eleitorais, quando seria aconselhável realizá-lo em períodos mais tranquilos. Por isso, o derradeiro texto, mais combativo, datado de julho de 2016, questiona a manutenção do estado de emergência em França, no que considera uma degenerescência das instituições, pois:

Que ce cet état d'exception soit installé sous l'impulsion d'une droite sourde et aveugle à toutes les expertises sur les crimes de masse que nous connaissons en dit long sur l'abaissement du débat public dans les institutions. Que ce soit une gauche encore juridiquement majoritaire mais politiquement paralysée qui l'ait rendu possible est un considérable aveu d'échec (p. 249).

Por seu lado, o terceiro e último capítulo, mantendo o tom de intervenção política do segundo, convida à renovação da esquerda, através das primárias, naquilo que Allières entende ser “une conquête démocratique” (p. 296 e 308-313). Mas é a partir da questão europeia que o autor extrai ainda mais conclusões. Com efeito, retomando a argumentação da brecha entre

os países do Norte e do Sul, da especulação financeira (ainda) pendendo sobre os últimos, Allières pode inferir que “on (re) découvre donc les limites organiques de cette Union de plus en plus réduite à un grand marche régional de la “mondialisation heureuse» ” (p. 368). Perante um cenário que qualifica de “Europe sans citoyenneté”, impõe-se reavaliar o papel da França: eixo franco-alemão ou ponte Norte/Sul. Ou seja, de que forma o eventual advento da VI República poderia instilar confiança ao projeto europeu, através de um maior elã democrático, suturando as feridas e curando as fraturas.

Sérgio Neto,
Investigador do CEIS20

⁵ Ou, segundo Manuel Valls, um retorno à IV República (p. 314).